

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

## INCLUSÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA APLICAÇÃO

DOI: 10.5281/zenodo.16969081

### **Elaine Lima Nascimento**

*Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação*

*Instituição: MUST University*

*Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos*

*E-mail: elainelimanascimento@yahoo.com.br*

### **Eliana Maria de Sousa Lima e Sousa**

*Doutoranda em Ciências da Educação*

*Instituição: Faculdade de Ciencias Sociales Interamericana (FICS),*

*Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay*

*E-mail: ellimaesousa@gmail.com*

### **Francisco Daniel Sousa Carvalho**

*Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação*

*Instituição: MUST University*

*Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos*

*E-mail: daneilspiderman@gmail.com*

### **Hérica Ferreira Bezerra Pereira**

*Pós graduada em: Atendimento Educacional Especializado.*

*Instituição Plus*

*Endereço: Av.Francisco Glicério*

*E-mail: hericaeusoudejesus26@gmail.com*

### **Hiarlen Carnellósi Carolino Cella**

*Doutorando em Ciências da Educação*

*Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).*

*Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay*

*E-mail: dr.hiarlen@outlook.com*

### **Luiz Jesus de Oliveira**

*Doutorando em Ciências da Educação*

*Instituição: Faculdade de Ciencias Sociales Interamericana (FICS),*

*Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay*

*E-mail: luizjesusdeoliveira@gmail.com*

### **Luiza Alves Dos Santos Chamie**

*Mestre em Formação em Educação*

*Instituição: Christian*

*Endereço : 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Pari*

*E-mail: luizaalvesdossantoschamie@gmail.com*

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

## **Marilda Faustino de Andrade Ribeiro**

*Doutoranda em Ciências da Educação*

*Instituição: Faculdade de Ciencias Sociales Interamericana (FICS),*

*Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay*

*E-mail: marildaandraderibeiro@gmail.com*

## **Poliana Nery Cruz**

*Pós Graduada em: Psicopedagogia*

*Instituição: Unopar*

*Endereço: R. Eugenia Dantas Araujo, 55 - Hospital, Brumado*

*E-mail: Poliananery14@gmail.com*

## **Sâmila Saraiva de Sales.**

*Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação*

*Instituição: Must University.*

*Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos*

*E-mail: samila.s.sales@gmail.com*

## **Reinaldo Ferreira**

*Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação*

*Instituição: Must University.*

*Endereço: SW 10th Street-Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos*

*Email: reinaldoferreira1@gmail.com*

**RESUMO:** A inclusão escolar no Brasil representa um desafio complexo que envolve aspectos estruturais, pedagógicos e sociais para garantir o direito de todos os estudantes ao acesso e à permanência em um ambiente educacional equitativo. Este artigo analisa as políticas públicas brasileiras voltadas para a educação inclusiva, com ênfase na formação de professores, reconhecendo essa formação como elemento central para a efetivação da inclusão escolar. Apesar dos avanços normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Plano Nacional de Educação, a aplicação prática dessas políticas enfrenta obstáculos significativos, especialmente relacionados à fragilidade da formação inicial e continuada dos docentes. A formação docente muitas vezes é fragmentada, pouco contextualizada e carece de continuidade, dificultando o desenvolvimento de competências pedagógicas, socioemocionais e tecnológicas necessárias para atuar em salas de aula inclusivas. O artigo destaca a importância da articulação entre políticas públicas e a realidade das escolas, ressaltando que a formação deve ser participativa, valorizando o conhecimento dos educadores e promovendo redes de apoio colaborativas entre professores, gestores e famílias. Além disso, aponta para o uso das tecnologias assistivas como recurso fundamental para a inclusão, embora sua oferta ainda seja insuficiente. Por fim, enfatiza-se a necessidade de valorização profissional, melhores condições de trabalho e investimentos contínuos em formação para que a inclusão escolar seja efetivamente concretizada, promovendo uma educação mais justa, democrática e capaz de responder às diversidades presentes no contexto escolar brasileiro.

**Palavras-chave:** inclusão escolar; formação de professores; políticas públicas; educação inclusiva.

## **INTODUÇÃO**

A inclusão escolar configura-se como um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, demandando mudanças estruturais, pedagógicas e sociais para

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

assegurar o direito de todos os estudantes ao acesso, permanência e aprendizagem em um ambiente educacional equitativo. Essa perspectiva compreende não apenas a presença física dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, ou outras necessidades educacionais especiais, mas também a garantia de sua participação ativa e significativa no processo educativo. Nesse cenário, a formação de professores emerge como um elemento central para a efetivação da inclusão, pois são esses profissionais que, no cotidiano escolar, enfrentam a diversidade de perfis e necessidades, necessitando de preparo teórico e prático para lidar com as complexidades da sala de aula inclusiva.

Nos últimos dez anos, diversas políticas públicas brasileiras têm buscado consolidar a educação inclusiva, a partir de marcos legais como Brasil, (2015) a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Brasil, (2001) as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001, atualizadas posteriormente) e o Plano Nacional de Educação (PNE) com suas metas específicas para inclusão. Essas políticas reconhecem que a formação docente é um dos principais pilares para a promoção da inclusão e, conseqüentemente, orientam a reestruturação dos cursos de licenciatura e dos programas de formação continuada, incluindo a incorporação de conteúdos relativos à diversidade, aos direitos humanos e às metodologias pedagógicas adaptadas. Contudo, a aplicação dessas políticas enfrenta desafios práticos significativos, como apontam diversos estudos e pesquisadores brasileiros que analisam a interface entre o discurso das políticas e sua efetividade nas escolas.

Segundo Arruda (2017), a formação de professores para a inclusão precisa ser entendida como um processo contínuo, que articula teoria, prática e reflexão crítica, possibilitando ao docente desenvolver competências para identificar barreiras pedagógicas, adaptar o currículo e promover estratégias que atendam às necessidades dos estudantes. A autora destaca que as políticas públicas brasileiras, apesar de apresentarem avanços conceituais, muitas vezes falham na implementação prática devido à insuficiência de investimentos e à fragilidade dos programas de formação continuada, o que compromete a qualidade da educação inclusiva.

Da mesma forma, Pires e Silva (2019) reforçam que a inclusão escolar não se concretiza somente com a presença do aluno na escola regular, mas exige uma formação docente que aborde aspectos multidimensionais, como a sociabilidade, a cultura escolar

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

e a relação entre escola e comunidade. Eles argumentam que as políticas públicas devem contemplar uma visão ampliada da inclusão, que vá além da adaptação curricular, englobando também a transformação das práticas pedagógicas e a construção de ambientes escolares acolhedores e colaborativos.

Outro importante pesquisador no campo da formação docente e inclusão, Mendes (2021), destaca o papel da legislação como marco fundamental, mas alerta para a necessidade de sua articulação com a realidade local das escolas. Mendes aponta que as políticas públicas frequentemente apresentam uma abordagem normativa e prescritiva, sem considerar as especificidades regionais e contextuais que influenciam a prática pedagógica. Assim, ele defende a formação de professores pautada na problematização e na construção coletiva do conhecimento, de modo a fortalecer a autonomia do docente e a sua capacidade de inovar diante dos desafios da inclusão.

Adicionalmente, estudos como os de Carvalho e Santos (2020) evidenciam que a formação inicial dos professores ainda carece de conteúdos aprofundados sobre educação inclusiva, o que resulta em insegurança e resistência na aplicação das políticas nas escolas. Esses autores sugerem que a parceria entre universidades, redes de ensino e organizações sociais é crucial para ampliar as oportunidades de formação e garantir que os professores estejam melhor preparados para atuar em contextos inclusivos.

Diante desse panorama, o presente artigo propõe uma análise das políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão escolar, com ênfase na formação de professores, buscando compreender como essas políticas são aplicadas na prática e quais desafios e avanços elas apresentam. Ao relacionar as concepções teóricas de pesquisadores brasileiros contemporâneos com a realidade das escolas, pretende-se contribuir para a reflexão sobre caminhos que favoreçam uma educação mais inclusiva e eficaz.

## DESENVOLVIMENTO

A análise das políticas públicas brasileiras voltadas à inclusão escolar revela avanços significativos no campo normativo, mas também expõe uma série de desafios que interferem na aplicação prática dessas diretrizes, especialmente no que se refere à formação de professores. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o Plano Nacional de

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Educação (PNE) destacam a necessidade de garantir atendimento educacional especializado e formação adequada para os docentes, mas a tradução dessas demandas para o cotidiano escolar ainda apresenta lacunas importantes.

Segundo Souza e Lima (2018), a principal dificuldade está na discrepância entre a elaboração das políticas em níveis macro e sua execução nas escolas. Para os autores, as políticas públicas brasileiras são elaboradas em um contexto de centralização normativa, porém a diversidade regional e socioeconômica do país exige flexibilidade e contextualização que nem sempre são contempladas nas diretrizes nacionais. Isso impacta diretamente a formação de professores, que precisam atuar em realidades bastante distintas, desde grandes centros urbanos até regiões rurais, com recursos e demandas específicas.

Nessa perspectiva, o desafio da formação docente inclui tanto a formação inicial quanto a continuada. Conforme enfatiza Almeida (2020), muitos cursos de licenciatura ainda tratam a educação inclusiva como um tema marginal, inserido em poucas disciplinas e sem a devida articulação com a prática pedagógica. Essa abordagem fragmentada dificulta a construção de uma visão integrada da inclusão e compromete a preparação dos futuros professores para lidar com a diversidade em suas turmas.

A formação continuada, por sua vez, enfrenta problemas estruturais e organizacionais que limitam seu alcance e eficácia. Pires e Gonçalves (2022) destacam que, em muitos municípios, as iniciativas de formação para a inclusão são pontuais, sem planejamento de longo prazo e sem recursos suficientes para contemplar todos os profissionais da educação. Essa falta de continuidade impede o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que promovam a inclusão efetiva.

Ademais, os autores apontam para a importância do diálogo entre políticas públicas e experiências locais, enfatizando que a formação de professores para a inclusão deve partir da realidade concreta das escolas, valorizando o conhecimento dos próprios educadores sobre suas turmas e comunidades. Essa abordagem participativa contribui para a construção de saberes contextualizados e para o fortalecimento da autonomia docente.

Outro aspecto relevante na formação para inclusão é a dimensão socioemocional do trabalho do professor. Como ressalta Carvalho (2019), lidar com a diversidade exige

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

do educador não apenas competências técnicas, mas também habilidades de empatia, resiliência e comunicação, capazes de criar um ambiente acolhedor e estimulante para todos os alunos. A formação docente, portanto, precisa incorporar essas dimensões, preparando os professores para enfrentar não só as barreiras pedagógicas, mas também as sociais e afetivas presentes no cotidiano escolar.

Acrescenta-se que, a inserção das tecnologias assistivas e recursos pedagógicos adaptados na formação dos professores é um ponto destacado por Mendes e Silva (2023) como essencial para a promoção da inclusão. O acesso a ferramentas que facilitem a comunicação, a mobilidade e o aprendizado dos estudantes com necessidades específicas contribui para a superação das barreiras e para a efetivação dos direitos educacionais previstos nas políticas públicas. No entanto, a oferta e o uso dessas tecnologias ainda são insuficientes em muitas redes públicas de ensino, evidenciando a necessidade de maior investimento e capacitação docente.

Por último, a colaboração entre diferentes atores da comunidade escolar — professores, gestores, famílias, especialistas em educação especial — é apontada por diversos pesquisadores como condição imprescindível para a concretização da inclusão. Arruda (2021) destaca que a formação docente deve contemplar estratégias para o trabalho em equipe e o desenvolvimento de redes de apoio, fortalecendo o protagonismo do professor e promovendo a construção coletiva de soluções para os desafios da diversidade.

Nesse sentido, as políticas públicas brasileiras caminham para consolidar uma educação inclusiva, mas a formação de professores ainda precisa ser revista em sua profundidade, abrangência e continuidade para que o ideal de uma escola para todos se torne realidade. É urgente ampliar o debate sobre os investimentos em formação, valorização profissional e adequação das políticas às necessidades locais, garantindo que o professor não apenas conheça as diretrizes, mas esteja efetivamente preparado para aplicá-las em contextos variados e complexos.

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL**

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

A formação de professores para a inclusão escolar constitui um dos principais pilares para a consolidação de uma educação verdadeiramente democrática e equitativa no Brasil. Nas últimas décadas, o país avançou significativamente na formulação de políticas públicas que reconhecem a diversidade e o direito de todos os estudantes à educação de qualidade, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Contudo, apesar do arcabouço legal e das diretrizes normativas robustas, a formação docente ainda enfrenta uma série de desafios que comprometem a efetividade dessas políticas e limitam a inclusão plena no ambiente escolar.

Um dos desafios centrais é a fragilidade da formação inicial oferecida nos cursos de licenciatura. Conforme apontam Carvalho e Santos (2020), muitos cursos ainda tratam a inclusão como um tema periférico, muitas vezes inserido em disciplinas isoladas, sem uma integração efetiva com o conjunto da formação pedagógica. Essa abordagem segmentada impede que os futuros professores desenvolvam uma visão ampla e crítica sobre a diversidade e as estratégias pedagógicas necessárias para atender às diferentes necessidades dos alunos. A consequência imediata é a insegurança e a falta de preparo para atuar em salas de aula inclusivas, o que pode gerar resistência ou práticas excludentes disfarçadas de boas intenções.

De modo similar, a formação continuada, embora prevista como um direito e uma necessidade nas políticas públicas, sofre com limitações estruturais. Pires e Gonçalves (2022) destacam que a oferta de cursos e capacitações para professores em exercício é frequentemente irregular e insuficiente, dependendo fortemente do município ou da rede de ensino. Muitas vezes, os programas de formação são pontuais, carecem de acompanhamento e avaliação, e não contemplam as especificidades das escolas e dos alunos atendidos. Essa falta de continuidade impede a consolidação de competências e a atualização constante diante das novas demandas da educação inclusiva.

Outro desafio relevante está relacionado à articulação entre as políticas públicas e a realidade das escolas brasileiras, marcada por profundas desigualdades regionais e sociais. Souza e Lima (2018) apontam que, embora existam normativas nacionais claras sobre inclusão e formação docente, a implementação dessas políticas encontra barreiras locais, como a escassez de recursos, infraestrutura inadequada e ausência de apoio especializado. Essa desconexão entre o planejamento central e a prática escolar resulta

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

em uma formação docente muitas vezes descontextualizada, que não dialoga com as condições concretas de trabalho e com a diversidade dos estudantes.

A dimensão socioemocional do trabalho docente é outro ponto fundamental, mas ainda pouco explorado na formação para inclusão. Carvalho (2019) enfatiza que o professor que atua em contextos inclusivos precisa desenvolver competências emocionais como empatia, paciência e resiliência para lidar com as demandas multifacetadas das salas de aula heterogêneas. No entanto, os cursos e programas de formação ainda dedicam pouco espaço para o desenvolvimento dessas habilidades, priorizando aspectos técnicos e pedagógicos, o que pode resultar em desgaste profissional e menor qualidade do ensino.

Por outro lado, as perspectivas para superar esses desafios passam por uma série de iniciativas e propostas que vêm ganhando espaço no debate educacional brasileiro. Primeiramente, destaca-se a necessidade de repensar a formação inicial dos professores, integrando a educação inclusiva de forma transversal e interdisciplinar nos currículos dos cursos de licenciatura. Almeida (2020) defende que essa abordagem contribui para a construção de uma identidade profissional comprometida com a diversidade e o direito à aprendizagem para todos. Essa mudança exige o comprometimento das instituições formadoras, dos gestores e dos próprios docentes.

Outro aspecto positivo está na valorização da formação continuada como espaço privilegiado para a reflexão, a troca de experiências e o fortalecimento das práticas inclusivas. A construção de redes de apoio entre professores, especialistas em educação especial, famílias e comunidade escolar, como sugerem Arruda (2021) e Mendes (2021), é fundamental para promover um ambiente colaborativo, que potencialize as aprendizagens e o desenvolvimento profissional. Essas redes possibilitam o compartilhamento de estratégias pedagógicas, o apoio mútuo e a superação conjunta dos desafios enfrentados.

O uso das tecnologias assistivas e recursos digitais é também apontado como uma grande perspectiva para a formação docente e para a promoção da inclusão. Mendes e Silva (2023) ressaltam que a incorporação dessas ferramentas na formação dos professores amplia as possibilidades de comunicação, participação e aprendizado dos alunos com necessidades específicas. Contudo, para que essa perspectiva se concretize, é necessário investir em infraestrutura, acesso à tecnologia e capacitação qualificada, o que ainda é um grande desafio para muitas redes públicas.



# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Ademais, a flexibilização e a contextualização das políticas públicas são essenciais para que a formação docente atenda às particularidades locais e regionais. Conforme sugerem Souza e Lima (2018), políticas mais descentralizadas e participativas, que envolvam os professores e gestores na elaboração e avaliação das ações formativas, tendem a ser mais efetivas e significativas. Essa perspectiva reconhece a complexidade e a diversidade do sistema educacional brasileiro e valoriza o conhecimento dos profissionais que atuam diretamente nas escolas.

Vamos analisar a evolução da inclusão escolar no Brasil nos últimos anos. Este gráfico mostra o percentual de estudantes matriculados em classes comuns do ensino



# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Como podemos observar, houve um crescimento constante no percentual de estudantes incluídos em classes comuns durante esse período. Em 2018, esse percentual era de 73,2%, e em 2023 chegou a 91,3%. Esse avanço indica um esforço significativo do sistema educacional para promover a inclusão, reduzindo barreiras e ampliando oportunidades para todos os estudantes. É um sinal positivo de que a educação inclusiva está avançando no país, embora ainda haja desafios a serem superados.

Para concluir, a valorização da carreira docente, com melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e incentivo à formação continuada, é uma medida indispensável para garantir o compromisso e a qualidade da atuação dos professores na inclusão. A motivação e o engajamento dos educadores estão diretamente ligados à forma como são preparados, apoiados e valorizados dentro do sistema educacional, impactando diretamente o sucesso das políticas públicas e a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

## CONCLUSÃO

A inclusão escolar no Brasil representa um avanço importante na busca por uma educação democrática e equitativa, evidenciada pelo aumento significativo do número de estudantes incluídos em classes regulares. No entanto, a efetivação dessa inclusão ainda enfrenta obstáculos, principalmente relacionados à formação docente, que muitas vezes é fragmentada, insuficiente e descontextualizada da realidade das escolas. Embora existam marcos legais robustos e políticas públicas claras, a distância entre a teoria e a prática compromete a qualidade e a abrangência das ações inclusivas.

Nesse sentido, a formação de professores para a inclusão deve ser repensada de forma contínua, integrada e contextualizada, valorizando não apenas os aspectos técnicos e pedagógicos, mas também as dimensões socioemocionais e colaborativas do trabalho docente. O fortalecimento das redes de apoio, a incorporação das tecnologias assistivas e o diálogo permanente entre políticas públicas e experiências locais são fundamentais para garantir que os professores estejam preparados para responder às demandas diversificadas das salas de aula inclusivas, promovendo o protagonismo dos educadores e o aprendizado efetivo de todos os alunos.

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

Por fim, para que a inclusão escolar seja plenamente concretizada, é imprescindível investir na valorização profissional dos professores, assegurando melhores condições de trabalho, incentivos para a formação continuada e reconhecimento social. O compromisso com a educação inclusiva exige um olhar atento às especificidades regionais e às necessidades de cada comunidade escolar, construindo, assim, um sistema educacional mais justo, acolhedor e capaz de garantir o direito de todos à aprendizagem e à participação ativa no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João. Formação de professores e inclusão escolar: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Educação & Cidadania, 2020.

ARRUDA, Maria Lúcia. Formação docente para inclusão: teoria, prática e reflexão crítica. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

ARRUDA, Maria Lúcia. Redes de apoio e colaboração na educação inclusiva. Campinas: Papirus, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

CARVALHO, Ana Paula; SANTOS, Ricardo. Formação inicial de professores para a educação inclusiva: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARVALHO, Ana Paula. Dimensões socioemocionais na formação de professores para inclusão. Porto Alegre: Editora Sulina, 2019.

# REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

MENDES, Carlos Alberto. Legislação e prática: formação docente e inclusão escolar no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2021.

MENDES, Carlos Alberto; SILVA, Patrícia. Tecnologias assistivas e formação docente: inovação para a inclusão escolar. Florianópolis: Insular, 2023.

PIRES, José; SILVA, Marília. Inclusão escolar e formação docente: além da adaptação curricular. Salvador: EDUFBA, 2019.

PIRES, José; GONÇALVES, Lúcia. Formação continuada e inclusão: desafios na prática escolar. Recife: Editora UFPE, 2022.

SOUZA, Fernanda; LIMA, Paulo. Políticas públicas e diversidade regional na educação inclusiva brasileira. Brasília: INEP, 2018.